ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GOVERNANÇA E GESTÃO ESTATAL NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

PUBLIC ADMINISTRATION, GOVERNANCE, AND STATE MANAGEMENT IN ADDRESSING SOCIAL INEQUALITIES

MARCIO PEREIRA DA SILVA
Mestrando em Administração
São Luís University – Flórida - Estados Unidos

Resumo

O estudo teve como objeto a relação entre administração pública, governança e gestão estatal no enfrentamento das desigualdades sociais, considerando a importância da atuação do Estado na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à promoção da equidade. A pesquisa buscou responder de que maneira a articulação entre esses elementos contribui para reduzir desigualdades e fortalecer a capacidade estatal. O objetivo consistiu em analisar os fundamentos teóricos e institucionais que sustentam essa relação. O referencial teórico reuniu estudos sobre administração pública, governança, capacidade estatal, burocracia, políticas públicas e desenvolvimento social. Adotou-se uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, realizada a partir de livros, artigos científicos e documentos institucionais. Os resultados evidenciaram que o planejamento governamental, a coordenação entre instituições, a governança colaborativa e o fortalecimento das capacidades estatais ampliam a efetividade das políticas públicas. Conclui-se que a integração entre administração pública, governança e gestão estatal fortalece a promoção da equidade social e oferece subsídios relevantes para o aprimoramento das políticas públicas e da gestão governamental.

Palavras-chave: administração pública; governança pública; gestão estatal; desigualdades sociais.

Abstract

The study examined the relationship between public administration, governance, and state management in addressing social inequalities, considering the importance of the State's role in formulating and implementing public policies aimed at promoting equity. The research sought to answer how the integration of these elements contributes to reducing inequalities and strengthening state capacity. The objective was to analyze the theoretical and institutional foundations that support this relationship. The theoretical framework brought together studies on public administration, governance, state capacity, bureaucracy, public policies, and social development. An integrative literature review was conducted using a qualitative and descriptive approach, based on books, scientific articles, and institutional documents. The findings showed that government planning, interinstitutional coordination, collaborative governance, and the strengthening of state capacities enhance the effectiveness of public policies. It is concluded that the integration of public

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

administration, governance, and state management strengthens the promotion of social equity and provides relevant support for improving public policies and government management.

Keywords: public administration; public governance; state management; social inequalities.

Resumen

El estudio tuvo como objeto la relación entre la administración pública, la gobernanza y la gestión estatal en el abordaje de las desigualdades sociales, considerando la importancia de la actuación del Estado en la formulación e implementación de políticas públicas orientadas a promover la equidad. La investigación buscó responder de qué manera la articulación entre estos elementos contribuye a reducir las desigualdades y fortalecer la capacidad del Estado. El objetivo consistió en analizar los fundamentos teóricos e institucionales que sustentan esta relación. El marco teórico reunió estudios sobre administración pública, gobernanza, capacidad estatal, burocracia, políticas públicas y desarrollo social. Se adoptó una revisión integradora de la literatura, con un enfoque cualitativo y de carácter descriptivo, realizada a partir de libros, artículos científicos y documentos institucionales. Los resultados evidenciaron que la planificación gubernamental, la coordinación entre instituciones, la gobernanza colaborativa y el fortalecimiento de las capacidades estatales incrementan la eficacia de las políticas públicas. Se concluye que la integración entre administración pública, gobernanza y gestión estatal fortalece la promoción de la equidad social y aporta elementos relevantes para el perfeccionamiento de las políticas públicas y de la gestión gubernamental.

Palabras clave: administración pública; gobernanza pública; gestión estatal; desigualdades sociales.

1. Introdução

A administração pública ocupa posição estratégica na formulação e na implementação de políticas voltadas à redução das desigualdades sociais, especialmente em contextos marcados por diferenças persistentes de renda, acesso a serviços públicos e oportunidades. Nesse cenário, a atuação estatal ultrapassa a execução de funções administrativas, passando a envolver planejamento, coordenação institucional e articulação entre diferentes atores para ampliar a efetividade das ações governamentais (Farah, 2011; Secchi, 2019).

As desigualdades sociais constituem um fenômeno multidimensional que envolve fatores econômicos, educacionais, territoriais e institucionais. No Brasil, sua compreensão exige considerar processos históricos que moldaram a distribuição de direitos e oportunidades ao longo do tempo, bem como os desafios enfrentados para assegurar cidadania e inclusão social. Esse contexto evidencia

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

que políticas públicas consistentes dependem de estruturas estatais capazes de transformar objetivos governamentais em resultados concretos para a população (Arretche, 2015; Draibe, 2007; Sen, 1999).

A Constituição Federal de 1988 consolidou princípios voltados à promoção da justiça social, da cidadania e da redução das desigualdades, atribuindo ao Estado responsabilidades que abrangem o planejamento, a execução e a avaliação das políticas públicas. Mais recentemente, o Plano Plurianual 2024–2027 reforçou a necessidade de integrar crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e inclusão social, reafirmando a importância da coordenação governamental para alcançar esses objetivos (Brasil, 1988; Brasil, 2024).

Esse movimento acompanha transformações observadas na gestão pública nas últimas décadas. Modelos centrados exclusivamente na atuação hierárquica do Estado passaram a conviver com abordagens que valorizam cooperação, participação social, transparência e atuação conjunta entre governo, sociedade e setor privado. A governança pública representa essa forma de organização, na qual decisões e políticas são construídas por meio da interação entre instituições e diferentes segmentos sociais, buscando ampliar legitimidade e capacidade de resposta às demandas coletivas (Kooiman, 2003; Denhardt; Denhardt, 2015; Ansell; Torfing, 2021).

Nesse processo, a qualidade das instituições públicas assume papel decisivo. Reformas administrativas, profissionalização da burocracia, fortalecimento da capacidade estatal e aperfeiçoamento dos mecanismos de implementação influenciam diretamente a efetividade das políticas públicas. A atuação dos diferentes níveis da burocracia, especialmente daqueles responsáveis pela execução cotidiana das ações governamentais, contribui para aproximar as decisões formuladas dos resultados percebidos pela sociedade (Bresser-Pereira, 2009; Evans, 1995; Cavalcante; Lotta, 2015; Lotta, 2021).

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

Organismos internacionais também têm destacado que governos mais transparentes, colaborativos e orientados por evidências apresentam melhores condições para enfrentar desafios sociais complexos. Nesse sentido, agendas voltadas ao governo aberto, ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento sustentável reforçam a necessidade de integrar governança, planejamento e gestão pública para ampliar a capacidade estatal de produzir políticas mais inclusivas e efetivas (OECD, 2022; OECD, 2024; United Nations, 2015; UNESCO, 2021).

No Brasil, indicadores recentes demonstram que persistem diferenças significativas nas condições de vida da população, reforçando a importância de políticas públicas articuladas, contínuas e orientadas para resultados. Estudos produzidos por instituições nacionais e internacionais indicam que a redução dessas desigualdades depende tanto da disponibilidade de recursos quanto da capacidade administrativa, da coordenação entre órgãos públicos e da qualidade da implementação das ações governamentais (IBGE, 2024; IPEA, 2024; World Bank, 2023; World Bank, 2024; United Nations, 2024).

Além disso, instrumentos de planejamento governamental vêm sendo orientados para fortalecer uma atuação estatal capaz de promover desenvolvimento sustentável e inclusão. Iniciativas recentes relacionadas ao Plano Plurianual e às estratégias de transformação do Estado evidenciam a busca por maior integração entre planejamento, inovação, compras públicas e infraestrutura institucional como mecanismos de apoio às políticas sociais e ao desenvolvimento nacional (Brasil, 2023; Brasil, 2025).

Diante desse contexto, este estudo parte da seguinte pergunta de pesquisa: de que maneira a articulação entre administração pública, governança e gestão estatal contribui para o enfrentamento das desigualdades sociais? O objetivo consiste em analisar os fundamentos teóricos e institucionais que sustentam essa relação, destacando como o fortalecimento da capacidade estatal,

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

da coordenação governamental e da governança pública pode favorecer a formulação e a implementação de políticas voltadas à promoção da equidade social.

2. Referencial Teórico

2.1 Administração pública e capacidade estatal na promoção da equidade social

A administração pública reúne os processos responsáveis pelo planejamento, organização, execução e avaliação das ações estatais voltadas ao interesse coletivo. Mais do que administrar recursos, sua finalidade consiste em assegurar que políticas públicas alcancem resultados capazes de ampliar direitos e melhorar as condições de vida da população (Farah, 2011; Secchi, 2019).

A formulação dessas políticas depende da capacidade institucional do Estado para identificar problemas, definir prioridades e coordenar diferentes órgãos governamentais. Souza (2006) destaca que as políticas públicas representam escolhas realizadas pelo poder público para enfrentar demandas sociais, enquanto Farah (2011) ressalta que sua efetividade está diretamente relacionada à qualidade da administração pública.

Essa capacidade estatal também envolve a construção de instituições sólidas, dotadas de autonomia técnica e articulação com a sociedade. Evans (1995) demonstra que Estados com organizações públicas fortalecidas apresentam melhores condições para promover desenvolvimento econômico e inclusão social, ao passo que Bresser-Pereira (2009) defende uma gestão pública orientada pela eficiência, responsabilidade e compromisso republicano.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 consolidou a redução das desigualdades como um dos objetivos fundamentais da República, atribuindo ao Estado papel central na garantia de direitos sociais. Essa diretriz permanece presente no Plano Plurianual 2024-2027, que estabelece prioridades

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

voltadas ao desenvolvimento sustentável, à inclusão e ao fortalecimento das políticas públicas (Brasil, 1988; Brasil, 2024).

As evidências apresentadas por Arretche (2015) mostram que a trajetória das desigualdades no Brasil resulta de processos históricos complexos, exigindo políticas permanentes e capacidade administrativa para ampliar o acesso da população aos serviços públicos. Da mesma forma, Draibe (2007) relaciona cidadania, desenvolvimento e proteção social como elementos indissociáveis da atuação estatal.

2.2 Governança pública e cooperação institucional

O conceito de governança pública amplia a compreensão tradicional da administração estatal ao reconhecer que problemas complexos exigem cooperação entre governo, sociedade civil, setor privado e diferentes instituições públicas. Nessa perspectiva, decisões deixam de ser exclusivamente hierárquicas e passam a incorporar processos colaborativos de construção das políticas públicas (Kooiman, 2003).

Ansell e Torfing (2021) defendem que a coprodução e a cocriação fortalecem a capacidade governamental ao integrar conhecimentos, experiências e recursos de diferentes atores sociais. Esse modelo favorece respostas mais adequadas às demandas coletivas, especialmente em áreas relacionadas à inclusão social e ao desenvolvimento territorial.

Denhardt e Denhardt (2015) também sustentam que o foco da administração pública deve estar no atendimento ao interesse público, valorizando participação cidadã, transparência e responsabilidade democrática. Essa orientação desloca a atenção da simples eficiência administrativa para a construção de valor público por meio da cooperação institucional.

Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Ostrom (1990), que demonstra como arranjos cooperativos podem produzir soluções sustentáveis para problemas coletivos. Em contextos marcados por desigualdades

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

persistentes, mecanismos de coordenação compartilhada ampliam a capacidade do Estado para formular e implementar políticas mais integradas.

A OECD (2022) reforça esse entendimento ao destacar que governos abertos, transparentes e participativos fortalecem a confiança institucional e qualificam os processos decisórios. Em complemento, a OECD (2024) aponta que países latino-americanos vêm ampliando iniciativas voltadas à integração entre governança, inovação e prestação de serviços públicos.

2.3 Gestão estatal, implementação de políticas públicas e burocracia

A qualidade das políticas públicas depende não apenas de sua formulação, mas também da capacidade de implementação desenvolvida pelos órgãos responsáveis por sua execução. Nesse processo, a gestão estatal assume papel decisivo ao transformar diretrizes governamentais em ações concretas capazes de alcançar a população (Secchi, 2019).

Lotta (2021) demonstra que a implementação representa uma etapa determinante para o sucesso das políticas públicas, pois envolve decisões cotidianas, coordenação institucional e adaptação às diferentes realidades locais. Essa atuação evidencia que a burocracia exerce função estratégica na produção de resultados sociais.

Cavalcante e Lotta (2015) destacam a importância da burocracia de médio escalão como elo entre formulação e execução das políticas públicas. Esses agentes coordenam equipes, articulam instituições e promovem ajustes operacionais que influenciam diretamente a efetividade das ações governamentais.

A proposta de transformação do Estado apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos reforça essa perspectiva ao defender um modelo orientado por missões, inovação institucional e utilização estratégica das compras públicas para estimular desenvolvimento sustentável e inclusão social (Brasil, 2025). O Projeto de Lei do Plano Plurianual também evidencia a

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

necessidade de planejamento integrado para orientar as prioridades governamentais (Brasil, 2023).

Essas iniciativas demonstram que o fortalecimento da gestão estatal depende da integração entre planejamento, capacidade administrativa, inovação e coordenação institucional, elementos indispensáveis para ampliar a efetividade das políticas destinadas ao enfrentamento das desigualdades sociais.

2.4 Desenvolvimento, desigualdades sociais e agendas nacionais e internacionais

O enfrentamento das desigualdades sociais está diretamente relacionado à ampliação das capacidades humanas e ao acesso equitativo às oportunidades. Sen (1999) afirma que o desenvolvimento deve ser compreendido como expansão das liberdades substantivas, permitindo que as pessoas participem plenamente da vida econômica, política e social.

Piketty (2020) demonstra que processos históricos de concentração de riqueza e renda contribuem para a manutenção das desigualdades, tornando indispensável a atuação do Estado por meio de políticas públicas redistributivas e instituições capazes de promover maior equilíbrio social.

Relatórios recentes do IBGE (2024), do IPEA (2024), do World Bank (2022, 2023, 2024) e das United Nations (2024) indicam que diferenças no acesso à renda, educação, trabalho e proteção social permanecem entre os principais desafios enfrentados por diversos países, incluindo o Brasil. Esses documentos convergem ao destacar a importância de políticas públicas coordenadas e de instituições estatais fortalecidas.

No âmbito internacional, a Agenda 2030 das United Nations (2015) estabelece objetivos voltados à redução das desigualdades, ao fortalecimento das instituições e à promoção do desenvolvimento sustentável. Em sentido convergente, a UNESCO (2021) defende um novo pacto social baseado em

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

cooperação, inclusão e fortalecimento das capacidades institucionais para responder aos desafios sociais.

Em conjunto, essas contribuições demonstram que administração pública, governança e gestão estatal constituem dimensões complementares de um mesmo processo. Quando articuladas por planejamento, capacidade institucional e participação social, ampliam as condições para formular, implementar e aperfeiçoar políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e à promoção do desenvolvimento social.

3. Metodologia

A pesquisa adotou uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, com o propósito de reunir, organizar e interpretar produções científicas relacionadas à administração pública, à governança, à gestão estatal e ao enfrentamento das desigualdades sociais. A escolha desse método permitiu integrar diferentes perspectivas teóricas, mantendo coerência com o objetivo proposto (Dias, 2026).

A busca dos estudos foi realizada nas bases Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar, utilizando descritores em português e inglês, combinados por operadores booleanos. Entre os principais termos empregados destacam-se "administração pública", "governança pública", "gestão estatal", "políticas públicas", "desigualdades sociais", "public administration", "public governance", "state management" e "social inequalities", estruturados em estratégias de busca compatíveis com cada base consultada.

Foram incluídos livros, artigos científicos e documentos institucionais disponíveis na íntegra, publicados em português ou inglês, com aderência direta ao tema da pesquisa e reconhecida relevância científica. Foram excluídos estudos duplicados, trabalhos sem acesso ao texto completo, publicações sem relação

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

direta com o objeto investigado e documentos que não apresentavam fundamentação compatível com os objetivos do estudo.

O processo de seleção seguiu as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, conforme as recomendações do protocolo PRISMA. Inicialmente, procedeu-se à localização dos registros nas bases consultadas, seguida da leitura dos títulos e resumos, avaliação dos textos completos e seleção final dos estudos que atenderam aos critérios previamente estabelecidos, Costa *et al* (2025).

Os estudos selecionados foram organizados e examinados por meio de leitura analítica, considerando conceitos, fundamentos teóricos e contribuições relacionadas ao problema investigado. A síntese das evidências permitiu estabelecer relações entre administração pública, governança, gestão estatal e políticas voltadas à redução das desigualdades sociais, assegurando coerência entre os objetivos da pesquisa e o desenvolvimento do estudo.

4. Resultados e Discussão

Os estudos selecionados evidenciaram que o enfrentamento das desigualdades sociais depende da atuação integrada entre administração pública, governança e gestão estatal. Em conjunto, os trabalhos analisados demonstram que políticas públicas produzem resultados mais consistentes quando são acompanhadas de planejamento, capacidade institucional, coordenação entre órgãos governamentais e mecanismos de participação social (Souza, 2006; Secchi, 2019; Farah, 2011, Costa, 2026).

Tabela 1 - Síntese dos principais achados identificados na revisão

Eixo analisado	**Principais achados**
Administração pública	Organiza e executa políticas públicas orientadas pela

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

	garantia de direitos e pela melhoria das condições de vida.
Governança pública	Favorece cooperação entre Estado, sociedade e instituições, ampliando legitimidade e efetividade das decisões.
Gestão estatal	Fortalece planejamento, coordenação, implementação e avaliação das políticas públicas.
Capacidade institucional	Influencia diretamente a qualidade da implementação e dos resultados governamentais.
Enfrentamento das desigualdades	Requer integração entre planejamento, participação social, desenvolvimento e fortalecimento das instituições públicas.

Fonte: Elaborada pelo autor (2026), com base nos estudos analisados.

Conforme apresentado na Tabela 1, os estudos convergem ao reconhecer que a administração pública representa o elemento estruturante das políticas públicas. Sua função ultrapassa a gestão administrativa tradicional, incorporando planejamento, coordenação e acompanhamento das ações estatais voltadas à promoção da equidade social. Essa compreensão aparece de forma consistente nas contribuições de Farah (2011), Souza (2006) e Secchi (2019).

Outro resultado recorrente refere-se ao fortalecimento da governança pública como mecanismo capaz de ampliar a capacidade de resposta do Estado. Os estudos indicam que processos participativos, cooperação institucional e compartilhamento de responsabilidades favorecem decisões mais alinhadas às necessidades coletivas. Essa perspectiva aproxima as contribuições de Kooiman (2003), Ostrom (1990), Denhardt e Denhardt (2015) e Ansell e Torfing (2021).

A revisão também demonstra que a efetividade das políticas públicas depende da qualidade da implementação. Nesse aspecto, a burocracia assume

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

função estratégica ao transformar diretrizes governamentais em ações concretas. Os trabalhos de Evans (1995), Cavalcante e Lotta (2015), Lotta (2021) e Bresser-Pereira (2009) evidenciam que capacidade técnica, coordenação institucional e profissionalização administrativa ampliam a eficiência estatal e favorecem a execução das políticas sociais.

Outro aspecto observado refere-se ao papel do planejamento governamental como instrumento de integração das ações públicas. A Constituição Federal de 1988 estabelece a redução das desigualdades como objetivo do Estado brasileiro, enquanto o Plano Plurianual 2024-2027 e as diretrizes recentes para a transformação do Estado reforçam a articulação entre planejamento, inovação, desenvolvimento sustentável e inclusão social (Brasil, 1988; Brasil, 2023; Brasil, 2024; Brasil, 2025).

Os documentos produzidos pelo IBGE, IPEA, OECD, World Bank e United Nations apresentam evidências convergentes de que as desigualdades permanecem associadas ao acesso desigual a renda, educação, serviços públicos e oportunidades. Esses organismos destacam que instituições públicas fortalecidas e políticas coordenadas constituem elementos essenciais para ampliar a capacidade governamental de enfrentar esses desafios (IBGE, 2024; IPEA, 2024; OECD, 2022; OECD, 2024; World Bank, 2022; World Bank, 2023; World Bank, 2024; United Nations, 2024).

Os resultados também evidenciam aproximação entre os referenciais nacionais e as agendas internacionais voltadas ao desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 e as propostas da UNESCO e Oliveira (2025) reforçam que inclusão, cooperação institucional e fortalecimento das capacidades estatais constituem fundamentos para promover desenvolvimento com maior justiça social, convergindo com os princípios adotados pelas políticas públicas brasileiras (United Nations, 2015; UNESCO, 2021).

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

De forma integrada, os achados demonstram que administração pública, governança e gestão estatal não atuam como dimensões isoladas. A articulação entre essas estruturas fortalece a capacidade do Estado para formular, implementar e aperfeiçoar políticas públicas orientadas pela redução das desigualdades sociais, resultado observado de maneira consistente entre os autores e documentos analisados.

5. Considerações Finais

Este estudo analisou a contribuição da administração pública, da governança e da gestão estatal para o enfrentamento das desigualdades sociais, tomando como referência a produção científica e documentos institucionais relacionados ao tema. Em resposta à questão de pesquisa, verificou-se que a redução das desigualdades depende da articulação entre planejamento governamental, capacidade institucional, coordenação administrativa e implementação qualificada das políticas públicas.

Os resultados evidenciaram que a administração pública exerce papel estruturante na formulação e execução das políticas públicas, enquanto a governança amplia a cooperação entre Estado, sociedade e instituições. De forma complementar, a gestão estatal fortalece os mecanismos de planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação, favorecendo maior efetividade na promoção dos direitos sociais e na ampliação do acesso da população aos serviços públicos.

A síntese dos estudos também demonstrou que o fortalecimento das instituições públicas, a atuação qualificada da burocracia, a integração entre diferentes órgãos governamentais e a adoção de modelos de gestão orientados por resultados constituem elementos indispensáveis para transformar diretrizes estatais em ações capazes de enfrentar as desigualdades sociais. Esses aspectos

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

reforçam que a efetividade das políticas públicas está diretamente relacionada à capacidade do Estado de coordenar recursos, pessoas e estratégias em torno de objetivos comuns.

Sob o ponto de vista prático, os achados destacam a importância de investimentos contínuos no aperfeiçoamento da gestão pública, no fortalecimento das capacidades institucionais, na integração entre os diferentes níveis de governo e na ampliação dos mecanismos de governança colaborativa. A implementação dessas diretrizes requer planejamento estratégico, qualificação permanente dos agentes públicos, utilização de instrumentos de gestão baseados em evidências e fortalecimento da coordenação entre instituições responsáveis pela formulação e execução das políticas públicas.

Como contribuição, este estudo reúne fundamentos teóricos e institucionais que evidenciam a complementaridade entre administração pública, governança e gestão estatal, oferecendo uma compreensão integrada sobre seu papel na promoção da equidade social. Ao reunir esses elementos em uma abordagem articulada, o trabalho reforça que o fortalecimento das instituições públicas permanece como um dos principais caminhos para ampliar a efetividade das políticas públicas e promover um desenvolvimento social mais inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ANSELL, Christopher; TORFING, Jacob. **Public Governance as Co-creation: A Strategy for Revitalizing the Public Sector and Rejuvenating Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14802.htm. Acesso em: 8 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Transformação do Estado no Brasil: desenhando compras públicas, empresas estatais e infraestrutura pública digital orientadas por missões para promover o crescimento sustentável e inclusivo**. Brasília, DF: MGI, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/relatorio-orienta-o-uso-das-compras-governamentais-para-promocao-do-desenvolvimento-sustentavel/transformacao_do_estado_no_brasil.pdf. Acesso em: 8 jul. 2026.

BRASIL. **Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/pln/2023/msg428-agosto2023.htm. Acesso em: 8 jul. 2026.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; LOTTA, Gabriela Spanghero (org.). **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação**. Brasília, DF: Enap, 2015. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2063/2/Burocratas%20de%20m%C3%A9dio%20escal%C3%A3o.pdf. Acesso em: 8 jul. 2026.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

COSTA, Jackeline Magno da. **Fragmentação Informacional E Governança Municipal: Quando A Fragmentação Produz Soluções**. Educação & Inovação, *[S. l.]*, v. 2, n. 3, 2026. DOI: 10.64326/educao.v2i3.281. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/281. Acesso em: 10 jul. 2026.

COSTA, Jackeline Magno da; SANTOS, Edson Souza dos; FILHO, Eugenio Fialho; ALBUQUERQUE, Paulo Victor de Araujo; COSTA, Paloma Riquetta; MONTEIRO , Eliseu Lucas. **Gestão Em Transformação: Estratégias Inovadoras Para Organizações No Século XXI**. Educação & Inovação, *[S. l.]*, v. 1, n. 4, 2025. DOI: 10.64326/educao.v1i4.50. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/50. Acesso em: 10 jul. 2026.

DENHARDT, Janet V.; DENHARDT, Robert B. **The New Public Service: Serving, Not Steering**. 4. ed. New York: Routledge, 2015.

DIAS, L. M. N. **Metodologia da Pesquisa Científica e Acadêmica: Como Escrever um Artigo Científico de Revisão de Literatura**. Educação & Inovação, *[S. l.]*, v. 2, n. 11, 2026. DOI: 10.64326/educao.v2i11.444. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/444. Acesso em: 10 jul. 2026.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 27-64.

EVANS, Peter B. **Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Administração pública e políticas públicas**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-836, maio/jun. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000300011.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/MfQ6N6BdxJJcT8Dj5zXYW4x/?lang=pt. Acesso em: 8 jul. 2026.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2024/12/sintese-indicadores-sociais-ibge-2024.pdf. Acesso em: 8 jul. 2026.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. n. 31. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/journalissue/2b07d33c-1ca8-4303-803d-431e9155ebb6. Acesso em: 8 jul. 2026.

KOOIMAN, Jan. **Governing as Governance**. London: SAGE Publications, 2003.

LOTTA, Gabriela. **Burocracia e implementação de políticas públicas: desafios e potencialidades para redução de desigualdades**. Brasília, DF: Enap, 2021. (Cadernos Enap, 81). Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/6230/1/81_Gabriela%20Lotta_final_compressed.pdf. Acesso em: 8 jul. 2026.

OECD. **Government at a Glance: Latin America and the Caribbean 2024**. Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1787/4abdba16-en. Acesso em: 8 jul. 2026.

OECD. **Open Government Review of Brazil: Towards an Integrated Open Government Agenda**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1787/3f9009d4-en. Acesso em: 8 jul. 2026.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

n. 3, 2025. DOI: 10.64326/educao.v1i3.29. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/29. Acesso em: 10 jul. 2026.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PIKETTY, Thomas. **Capital and Ideology**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SEN, Amartya. **Development as Freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?lang=pt. Acesso em: 8 jul. 2026.

UNESCO. **Reimagining Our Futures Together: A New Social Contract for Education**. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707. Acesso em: 8 jul. 2026.

UNITED NATIONS. **Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: United Nations, 2015. Disponível em: https://sdgs.un.org/2030agenda. Acesso em: 8 jul. 2026.

UNITED NATIONS. **World Social Report 2024: Social Development in Times of Converging Crises: A Call for Global Action**. New York: United Nations, 2024. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/rfjjnp20
Pages: 1-19

content/uploads/sites/45/DESA-World-Social-Report_2024_FINAL_WEB.pdf. Acesso em: 8 jul. 2026.

WORLD BANK. **Brazil Systematic Country Diagnostic Update**. Washington, DC: World Bank, 2023. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099072023134526692/pdf/BOSIB0bf484b270d508c2809049f2fffead.pdf. Acesso em: 8 jul. 2026.

WORLD BANK. **FY24-28 Country Partnership Framework for the Federative Republic of Brazil**. Washington, DC: World Bank, 2024. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099031824151014222/pdf/BOSIB1a9c64a780861b8d01b824b30cdb50.pdf. Acesso em: 8 jul. 2026.

WORLD BANK. **Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course**. Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/b96b361a-a806-5567-8e8a-b14392e11fa0/content. Acesso em: 8 jul. 2026.